



VII Kuñangue Aty Guasu

Grande assembléia das Mulheres Kaiowá e Guarani

16 a 20 de setembro de 2019, Tekohá Yvy Katu Potrerito, Japorã-MS.

Documento Final da VII Kunãgue Aty Guasu

Ao presidente da república Jair Bolsonaro

Ao Senhor Presidente da FUNAI

Ao Ministério Público Federal de Dourados

À Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul

Ao curso de Licenciatura Intercultural FAIND/UFGD

À Secretaria Especial de Saúde Indígena (DSEI - MS)

À Rede de Proteção aos direitos das crianças de MS

Ao ministro da justiça Sérgio Moro

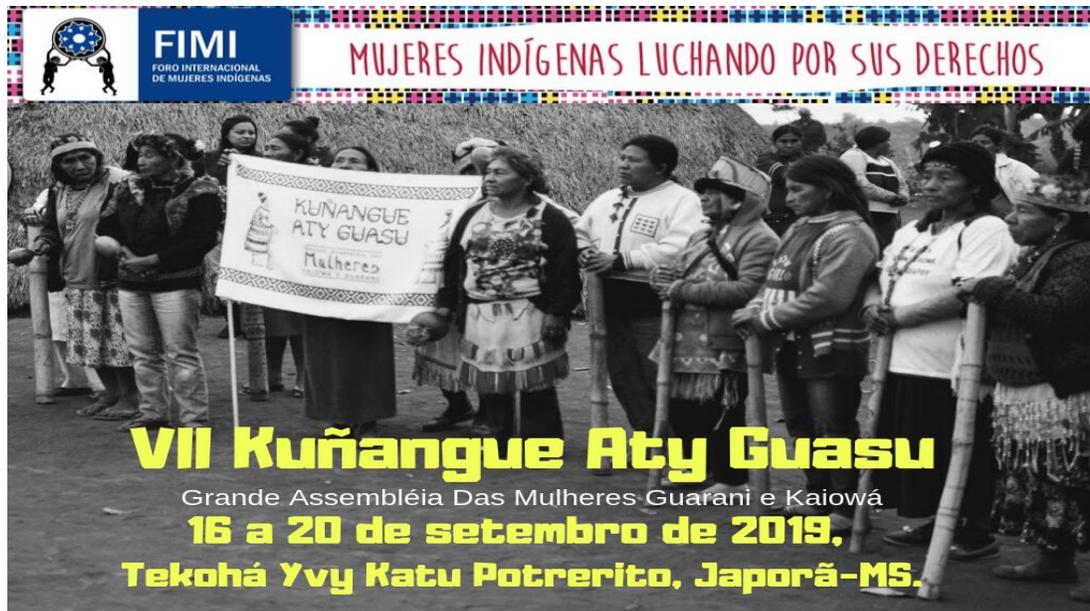
Ao procurador geral da república

Ao advocacia geral da união

Ao presidente do supremo tribunal federal

Ao presidente da câmara de deputado

Ao presidente do senado e do congresso nacional



Entre os dias 16 a 20 de setembro de 2019, realizamos a nossa VII Grande assembléia das mulheres Kaiowá e Guarani do cone sul de Mato Grosso Do Sul, a Kuñangue Aty Guasu foi realizada na terra indígena Yvy Katu Potrerito, localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai, no município de Japorã-MS.

Estiveram reunidas aproximadamente 600 pessoas: nhandesys, nhanderus, crianças, Jarys/parteiras, Nhamõi e comunidade em geral. Discutimos e encaminhamos pautas sobre a demarcação e homologação de nossas terras, acesso à educação, saúde, segurança, proteção do meio ambiente, efetivação e garantia dos programas sociais, saúde da mulher Guarani e kaiowá, encontro de parteiras do cone sul de MS, violência na vida das mulheres e meninas Guarani e Kaiowá, análise e (re)construção da lei Maria da Penha a partir do olhar da mulher Guarani e Kaiowá, oficinas de enfrentamento à violência contra as mulheres indígenas, empoderamento político e econômico, batismo/nhemôngarai, jeroky e nhembo'e (reza e dança).

No estado de Mato Grosso do Sul nós povo guarani e kaiowá somamos mais de 50 mil indígenas, considerados a segunda maior população indígena do Brasil. Aqui organizadas, resistentes e em luta viemos por meio desta defender os nossos direitos e encaminhar propostas e recomendações de proteção e fortalecimento de nosso povo

Guarani e Kaiowá. Há 519 anos nós lutamos pela demarcação de nossas terras que atualmente estão de posse do latifúndio como propriedades privadas.

Nossas terras NÃO são MERCADORIAS! DEMARCAÇÃO JÁ!



Estamos enfrentando um governos que vem retirando todos os nossos direitos legais, nos impedindo de existir, vendendo tudo o que é nosso, privatizando a terra que nos resta, acabando com o meio ambiente, aos olhos do capitalismo tudo virou mercadoria, se esquecem que todos os recursos naturais também acabam e a vida no planeta está ameaçada. As políticas anti-indígenas avançam no congresso nacional. Aplicar a tese do marco temporal é a morte do povo Guarani e kaiowá, é invalidar os nossos direitos pela demarcação de terras indígenas.

O governo brasileiro e seus poderes legislativo, executivo e judiciário a cada momento criam novas propostas de leis que de forma inconstitucional atinge diretamente a vida dos povos indígenas. Hoje a nossa luta e o nosso grito é pela demarcação de nossas terras tradicionais, pela vida as mulheres indígenas, pela proteção das nascentes, rios, florestas, animais e pelo direito de existir.

A assembleia da Kuñangue Aty Guasu acontece anualmente, não é um espaço só de mulheres, mas organizado por elas. **A Kuñangue Aty Guasu condena todos os tipos de violência contra a vida das mulheres indígenas**, é contra todos os pacotes de leis que ferem os nossos corpos, nos violam, nos assassinam e retiram o nosso direito à vida.

Mulheres Guarani e kaiowá denunciam diante da plenária e do poder público, presente na assembléia, que os latifundiários têm violado de todas as formas o povo Guarani e kaiowá. Denunciam que o confinamento no espaço das Reservas Indígenas

trouxeram muitas doenças e um atravessamento enorme de modos de vidas e religião. Nhandesys e nhanderus durante o nhembo'e (reza) recebem o recado de nossos protetores e anunciaram que em breve vai aumentar o número de crianças que nascerão com câncer e má formação, terão outras características físicas, terão rabo/cauda, consequências da não proteção do meio ambiente, da maldade humana contra o próximo, de muito agrotóxico que avançam e estão presentes em todos alimentos e na água, atingindo diretamente a vida das pessoas, além dos pulverizados sobre as comunidades como forma de extermínio.



Com o avanço do desmatamento, da não demarcação de terras indígenas, queimadas e altas doses de veneno a medicina tradicional está bem enfraquecida, as árvores choram, os rios sangram, a terra arde em chamas e com elas morre lentamente a população indígena desse país. Isso é resultado do avanço do capitalismo que tem a terra como mercadoria, que busca o dinheiro e poder, diferente de nós povos indígenas que somos os protetores da terra sagrada. Nós mulheres indígenas reafirmamos a nossa luta e a nossa resistência na VII Kuñangue Aty Guasu - Grande Assembléia das Mulheres Kaiowa e Guarani de Mato Grosso Do Sul.

Nhandesys e parteiras estiveram reunidas em defesa da saúde indígena, afirmando que estamos vivendo tempos de doenças, que em breve irão passar por depressões e que tristezas profundas irão estar presentes. O fortalecimento da criança no cuidado tradicional desde o seu nascimento é muito importante e emergencial, precisam estar

fortes diante de todas as situações que afetam diretamente o nosso povo. Desde o ventre de suas mães necessitam de nhembo'e/reza, após o nascimento ter o nhemongarai/batismo e cuidar delas com pohã roysã/remédios tradicionais.



Atualmente a medicina do não indígena avança sobre o corpo da mulher indígena, o espaço estranho do hospital assusta, as violências obstétricas continuam quando vidas dão vidas a vidas. A medicina do não indígena tem uma concepção diferente do nosso olhar Guarani e Kaiowa, deixam as doenças adormecidas, não tem paciência em cuidar de um corpo indígena onde a pele é da cor da terra, a língua é diferente, os modos e costumes são diferentes.

A medicina Guarani e Kaiowá é pouco valorizada, mas cura de verdade, por que é acompanhada da massagem, da reza, da escuta, dos chás que antes passam por cuidados tradicionais e não se cobra para este cuidado. É por essa medicina que lutamos, é pelo fortalecimento dela, pela defesa das matas, das nascentes, dos rios e das árvores.

O cuidado tradicional renasce pelas mãos das mulheres guarani e kaiowá, as jarys, pelo cuidado e em defesa da vida delas que a Kuñangue Aty Guasu luta. Há uma grande preocupação com o futuro de nossas filhas(os), netas(os), de nossas crianças, o que será da vida das mitã kuera/crianças com tudo sendo destruído. Elas irão sofrer muito,

precisam aprender as rezas emergencialmente para resistir, pois as mulheres do conhecimento tradicional já estão idosas e partindo.

As parteiras Guarani e Kaiowá pedem espaço e reconhecimento em todos os lugares. A medicina não indígena precisa ser escuta da medicina Guarani e Kaiowá, valorizar as parteiras é o fortalecimento de quem cuida de vidas e vidas nos importam muito.

VIDA para as MULHERES INDÍGENAS! **BASTA DE VIOLÊNCIA!** **NÃO ACEITE, BUSQUE AJUDA!**



A violência nos fere cotidianamente, e avançam com mais forças. Mulheres indígenas gestantes apanham dos seus companheiros e não há uma proteção legal efetiva a elas, nos veem como soco rupá/saco de pancada, pedimos socorro, que dentro da **Lei Maria da Penha** haja um parágrafo que atenda às nossas especificidades como mulheres indígenas. Em nossa aldeia não há sinal de telefone, inclusive para comunicar o descumprimento de medidas protetivas, como iremos denunciar se as delegacias estão distantes e no caminho podemos ser mortas? Isto é uma violência silenciosa que assassinou e continua assassinando as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá.

Os homens precisam dar valor e não violentar as mulheres indígenas, somos nós quem damos vidas a eles, saem dos nossos ventres, precisam estar mais presentes em nossas assembléias para ser escuta do que tem a dizer as mulheres da nossa comunidade, e tem que entender e acolher as nossas demandas não nos perseguir por isso.

Há muitas violências contra as jovens e crianças indígenas, há muitos abusos sexuais, o estatuto do ECA(estatuto da criança e adolescente) precisa ser cumprido em defesa das crianças e adolescentes indígenas. Nas universidades há muito preconceito e

racismo institucional enraizado, pedimos respeito e acolhimento as(os) acadêmicas(os) indígenas. A Faculdade Intercultural Indígena - FAIND/UFGD é filha da luta do Aty Guasu e da Kuñangue Aty Guasu, os acadêmicos e professores precisam estar presentes em nossas assembléias, exigimos mais professores indígenas na FAIND-UFGD, que os materiais sejam na língua, que os professores falem à nossa língua materna, que respeitem o corpo da mulher indígena, estamos acompanhando e fiscalizando as ações/atividades da FAIND-UFGD e estamos abertas para diálogo e contribuição.



As mães/pais/responsáveis precisam ter mais cuidados com as filhas (os), não ensina no karai reko/mo de ser não indígena. Precisam ensinar os meninos a não bater nas meninas, mas sim lutar com elas, mãe e pai é autoridade na família, a formação tradicional é o fortalecimento da identidade das crianças. Temos que sentar e aconselhar os nossos filhos para não reproduzirem a violência. O consumo de drogas deixam mães, pais, jovens e crianças em situação vulnerável. Existe a reza para a bebida alcoólica e para as drogas procurem os nhanderus e nhandesys, o aumento dessas drogas são consequências do confinamento, o "chiqueiro" que é o espaço das Reservas Indígenas.

A Kuñangue Aty Guasu está à disposição para ecoar as vozes das mulheres que queiram falar sobre a violência. Desejamos forças e que venham se unir a nós, não

usem mais a desculpa de que caíram de bicicleta ou caíram jogando futebol, na justificativa de seus hematomas.

A Lei Maria da Penha para proteger a vida de mulheres indígenas é uma lei morta no papel e na prática, porém é a única que tenta minimizar o que chamamos de violência. Mulheres que se colocam como homossexuais sofrem triplamente a violência em seus corpos. A rede territorial (líderes) a maioria são homens, "capitães", não nos ajudam a suportar, refletir e mudar tudo que reproduz a violência no confinamento da Reserva Indígena. Assim como a igreja que fortalece o discurso de que “o amor tudo suporta” ignorando o enfrentamento à violência contra as mulheres indígenas.



Quando dizemos que as nossas terras não são mercadorias queremos protegê-la do capitalismo que destrói, explora e privatiza. Demarcar e homologar as terras indígenas é proteger muitas vidas, o meio ambiente, a medicina tradicional, os animais, nascentes, e tudo que nos produz vida.

A Kuñangue Aty Guasu vem aqui trazer as demandas das mulheres indígenas após essa escrita acima que é um pedido de socorro à VIDA das Mulheres Guarani e Kaiowá. Em quatro dias de reuniões, debatendo todos os temas que nos atingem diretamente, encaminhamos:

→ **Território:**

- Há em Mato Grosso do Sul muitos mandatos de reintegração de posse contra nossas terras, estão tentando nos expulsar novamente de nossas terras tradicionais, como tem acontecido em Caarapó e Dourados. Está grave a situação do nosso povo indígena, a Kuñangue Aty Guasu vem repudiar, denunciar e gritar pela demarcação das nossas terras e pelo cumprimento da constituição federal de 1988 art. 231 e 232;
- Exigimos a homologação da Terra Indígena de Yvy Katu e a demarcação de nossas terras tradicionais;
- Exigimos a imediata revogação do parecer da AGU 001/2017;
- Exigimos o arquivamento da tese do Marco temporal, é ilegal, é inconstitucional é a morte do povo Guarani e Kaiowá;
- Exigimos extinção do Projeto de Lei 6.670/2016 , a PL do veneno; e também a PL 490 que veio para modificar o Estatuto do índio (Lei 6001 de 1973).
- Exigimos justiça pelas nossas lideranças mortas em nossos territórios;
- Exigimos o retorno imediato dos grupos técnicos de trabalho da FUNAI em nossos Tekohas;
- Não aceitamos que os estudos de nossas terras saiam da jurisdição da FUNAI a mando da Bancada Ruralista e Evangélica e vá para o ministério da agricultura;
- Defendemos o fortalecimento da FUNAI e sua permanência no ministério da justiça;
- Exigimos a conclusão integral dos processos demarcatórios inclusos no tac 2007, e o cumprimento integral do CAC MPF/Funai firmado em 2010;
- Exigimos a segurança das lideranças indígenas, jovens, mulheres e crianças que lutam pelo território;
- Exigimos a consulta prévia às comunidades Guarani e kaiowá sobre todas as decisões que envolve diretamente os povos indígenas;
- Somos contra o uso de veneno nas terras, o agrotóxico causa diarreia, desnutrição, câncer no povo Guarani e kaiowá;

- Convocamos o povo, as universidades e outros companheiros (as) que conosco caminham para ajudar a reflorestar as retomadas, doar mudas de árvores;
- Exigimos que o presidente Jair Bolsonaro cumpra os tratados internacionais da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Kuñangue Aty Guasu e Aty Guasu vem a público denunciar a violência policial e violência de ruralistas nas áreas de retomadas;
- Kuñangue Aty Guasu e Aty Guasu vem a público denunciar os despejos/reintegração de posse contra as retomadas localizadas em Dourados-MS: Nhu verá II, Nhu Verá Guasu III. Retomadas em Caarapó: Tekohá Pa'i Tavy Terã, Tekohá Jeroky Guasu, Tekohá Guapo'y e Guyra Roka. Em rio Brilhante: Laranjeira II. É o maior genocídio anunciado contra o povo Guarani e Kaiowá;
- Enquanto povos nativos a única saída para retornarmos onde viveram nossos antepassados é reocupando as nossas terras tradicionais que estão de posse do agronegócio como "propriedade privada", continuamos em luta e resistência;
- Kuñangue Aty Guasu e Aty Guasu repudia o projeto de lei 187, que dá o direito de o fazendeiro/não indígena arrendar as nossas terras e continuar usufruindo dela como mercadoria;
- A publicação dos relatórios de nossas terras tem que avançar, sem tekoha não tem vida.
 - Não aceitamos a negociação dos nossos direitos na calada da noite. Resistiremos e morreremos em território em defesa de nossas terras que estão sendo vendidas pelo presidente deste país e grande parte já estão de posse do latifúndio.

→ Saúde Indígena/indigenista:

- SESAI - SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA é filha da luta e da resistência indígena, cabe aos profissionais e a quem está nas coordenações fazer valer esse direito de saúde diferenciada aos povos indígenas de acordo com as

suas especificidades; isso significa que todos os cuidados em território indígena tem que respeitar os cuidados tradicionais;

- Reforçamos que somos contra a municipalização da SESAI;
- Profissionais em território indígena precisam ter a consciência de que estão atendendo povos indígenas, onde o horário da rede institucional é diferente do tempo Guarani e Kaiowá;
- Os profissionais de saúde em território indígena, não devem usar apenas o modelo biomédico na qual foi formado, seja escuta, não tenha somente esta alternativa como “cura” , pois este povo tem os chás, ervas, massagem, rezas e outros que podem juntos ajudar nestes cuidados à saúde;
- A SESAI precisa efetivar e implementar a parceria com as parteiras e Nhandesys, isso é valorização e reconhecimento de outras formas de cuidado à saúde indígena e o cuidado tradicional que o modelo biomédico despreza;
- Exigimos que a rede de urgência e emergência sejam implementadas e efetivadas, pois os motoristas da SESAI não são socorristas;
- Precisa de mais médicos, psicólogos, técnicos de enfermagem, assistentes sociais, nutricionistas, dentistas na equipe da SESAI em territórios indígenas;
- Convocamos a comunidade, as universidades, a SESAI, as escolas a ajudar cada Nhandesy a construir um viveiro de medicina tradicional, isso é fortalecer a medicina tradicional;
- Novamente reforçamos a construção do DSEI-MS no Cone Sul de MS, específico para atender a segunda maior população do país, o povo Guarani e Kaiowa;
- Há territórios do cone sul de MS, que precisam da contratação de mais agentes de saúde, há uma sobrecarga sobre os mesmos;
- Ainda faltam remédios nos postos de saúde;
- Intérpretes indígenas em todos os setores (hospital, postos de saúde, recepção, CASAI e todos que são responsáveis pela saúde indígena);

- Melhorar atendimento da equipe médica nos hospitais, ambos precisam entender que somos diferentes dos pacientes não indígenas, precisam ter paciência conosco;
- Os profissionais de saúde indígena precisam atender mais nas retomadas não só a comunidade que está em confinamento na Reserva Indígena, e precisa ser semanalmente;
- Ter recomendações do pohã ñana (medicina tradicional) nos postinhos pelas Nhandesys/parteiras e nhanderus, eles também são médicos tradicionais;
- Nós mulheres guarani e kaiowá sabemos como ter e cuidar de nossos filhos, a reza é muito importantes para a saúde da mulher indígena e para o crescimento saudável da criança. Enquanto mulher indígena e mãe, ainda sofremos muito nas mãos dos médicos não indígenas, sendo que as parteiras e nhandesy têm reza e remédio para a mulher indígena na hora do parto, para sofrer menos no momento do nascimento da criança mas o hospital ignora estes cuidados. Os hospitais precisam respeitar a medicina tradicional e o trabalho das parteiras indígenas;
- Queremos profissionais em nossos Tekohas para a conscientização quanto à gravidez precoce;
- O câncer, diabetes, doenças sexualmente transmissíveis como AIDS, HIV e outras DSTs têm atingido a nossa população indígena, por isso a necessidade de ter atendimento médico nas áreas de retomadas para prevenção da comunidade e acompanhamento dos indígenas que estão doentes;
- Incentivamos o parto normal e humanizado com apoio de parteiras indígenas e remédios tradicionais para as mães em hospitais que atendem os nossos Tekohas.

QUAL O MODELO DE SAÚDE QUE VOCÊ PROFISSIONAL LEVA PARA O TERRITÓRIO INDÍGENAS, PARA UM POVO COM LÍNGUA, CULTURA E TRADIÇÕES DIFERENTES?

→ Kuñangaue Aty Guasu defende que a saúde indigenista, a SESAI caminhe de mãos dadas com a nossa medicina Guarani e Kaiowá.

→ Violência contra as mulheres Guarani e Kaiowá:

- Nós mulheres guarani e kaiowá temos nossos direitos, mas na prática o estado nos viola não levando em consideração as nossas especificidades culturais;
- Convocamos o poder público, as universidades, a comunidade em geral para escuta as mulheres Guarani e Kaiowá pelo, para juntas reformular a lei Maria Da Penha com uma proposta que proteja na prática e atenda as especificidades das mulheres indígenas;
- Solicitamos a construção de duas delegacias de atendimento a mulher Guarani e Kaiowá, uma na Reserva Indígena de Dourados-MS e outra em Amambai-MS, e que haja mulheres atendendo;
- Denunciamos aos Direitos Humanos, a Frente Parlamentar Indígena no congresso nacional, a ONU Mulheres, as delegacias de atendimento a mulher, que nós mulheres indígenas a frente das ações da Kuñangue Aty Guasu, constantemente estamos sofrendo perseguições, criminalização, processos judiciais, entre outros. Pedimos proteção, somos mulheres em defesa de um povo, e estamos sofrendo ameaças e torturas psicológicas pelo povo que serve como massa de manobra ao latifúndio em Mato Grosso Do Sul;
- A gestão de assistência social no estado de MS, necessita construir alternativas de atendimento e acolhimento para mulheres e crianças em situação de violência, CRAS e CREAS em todas as comunidades é urgente ;
- Há uma imensa dificuldade de fazer denúncias sobre as violências sofridas pelas mulheres indígenas, na maioria das vezes essas denúncias não chegam há uma delegacia, e se chegam as mulheres não conseguem denunciar, pois a maioria são falantes da língua materna. Diante disso exigimos que tenham mulheres indígenas capacitadas para ser intérpretes na delegacia de mulher para ajudar as nossas mulheres Guarani e Kaiowá a encaminhar as denúncias;
- A pensão alimentícia tem sido um grave problema dentre o povo Guarani e Kaiowá, as mulheres não conseguem ter acesso a este direito e as crianças

indígenas ficam desamparadas. A Assembleia das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá vem por meio desta exigir que este direito seja garantido;

- O estupro ainda é tabu dentre o povo Guarani e Kaiowá, mas precisam ser abordados pois estão acontecendo com muita frequência contra vida de crianças e mulheres indígenas, há uma necessidade de medida protetiva e ações em território urgente;
- Também se constitui em uma violência, o direito negado quando nós mulheres indígenas chegamos às instâncias como o Senado Federal, Câmara Federal, Supremo Tribunal Federal e outros órgãos do executivo, legislativo e judiciário, para justamente discutir os direitos das mulheres indígenas e somos barrados e não temos o direito de entrar com o nossos objetos sagrados como Mbaraka, Takuapu e Xiru, nesse sentido exigimos ser respeitadas e respeitados;

→ Violentar uma mulher indígena, é ir contra a vida de todas elas!

Não aceite mais ser violada, busque ajuda!

→ Educação:

- Filhas e filhos são responsabilidades da mãe e do pai, educação e autonomia vem da família, é a nossa obrigação assumir e responder por elas, em segunda instância existe a rede territorial, e em terceira instância tem a rede externa;
- Precisa ensinar o rekombo'e, modo de ser Gurani e Kaiowá
- Apoiamos a continuidade do programa bolsa permanência para os estudantes indígenas e a continuidade da Ação Saberes Indígenas;
- É preciso que o curso Teko Arandu respeite a vida e as escolhas das alunas e alunos, e que os professores tenham um perfil adequado para a compreensão da realidade guarani e kaiowá;
- A licenciatura intercultural Teko Arandu da FAIND/UFGD deve respeito aos estudantes Guarani e Kaiowá, respeito ao nossos processos históricos de lutas para a conquista deste curso, e a permanência de acadêmicas(os)dentro dessa

instituição de educação. Este curso não pode se afastar do nosso movimento, pois ele foi criado por nós, é dever da FAIND-UFGD garantir a participação de acadêmicos Guarani e Kaiowá nas Aty Guasu, Kuñangue Aty Guasu e Raj;

A Kuñangue Aty Guasu é uma organização de mulheres kaiowa e guarani, somos reconhecidas por nossas anciãs (ãos), jovens e comunidade em geral. Lutamos em defesa dos direitos originários de nosso povo Guarani e Kaiowá.

Toikove Kaiowa há Guarani - VIDA ao povo Guarani e Kaiowá.

Demarcação já!

Tekohá Yvy Katu Porterito, Japorã-MS, 20 de setembro de 2019.

